

Condicionantes culturais árabes na Salvador dos séculos XVII e XVIII*

*Cassia Regina Carvalho de Magaldi***

Salvador, a cidade da Bahia, foi construída de forma privilegiada, no alto da escarpa alcantilada da Baía de Todos os Santos, e escolhida pela Coroa Portuguesa, em 1549, para ser a primeira capital do Brasil. Salvador, ao crescer e ultrapassar com rapidez os limites originais, e passar pelas transformações ocorridas nos seus quase cinco séculos de existência, notabiliza-se pela conservação e justaposição de seus momentos construtivos, os quais, ao contrário de descaracterizá-la, a tornam exemplar ímpar para o estudo da cidade brasileira tradicional. Encontramos naquela cidade a persistência do risco da cidadela fortificada que lhe deu origem, acrescido do desenho urbano decorrente da presença colonizadora portuguesa do século XVII ao XVIII, e dos demais elementos que decorrem das transformações urbanas ocorridas nos séculos XIX e XX.

Curiosamente, os momentos construtivos perceptíveis na cidade de Salvador apresentam persistentes formas de apropriação do espaço, que a consolidaram com a feição urbana que lhe é peculiar, originada da tradição medieval portuguesa.

Salvador, da Cidade Alta e da Cidade Baixa, com suas ladeiras íngremes, ruas estreitas e tortuosas, becos e labirintos semelhantes aos das cidades ibero-mouriscas, é o documento da mistura de convivência entre o comércio gerador das funções da cidade e a casa, a igreja, o burburinho das festas populares, a mistura de gentes, o mosaico cotidiano que chamamos de baianidade.

A capital baiana fascina o visitante interessado em sentir o seu espírito, e compõe, pela carga emocional da terra, das casas, das gentes e dos hábitos dos que nela vivem, uma cidade que se coloca como o documento de excelência para o pesquisador preocupado em desvendar e tentar compreender as facetas daquela cultura regionalizada e ímpar no contexto cultural brasileiro.

* Este texto é parte integrante da dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de Mestre em História, PUC-SP, 1996, sob orientação da Prof^a Dr^a Déa Ribeiro Fenelon.

** Mestre pela PUC-SP.

A importância de uma cidade reside em tudo o que o tempo e a complexidade da vida social não conseguiram destruir através dos anos. Salvador é, nesse particular, privilegiada, sobretudo pela conservação do seu traçado tradicional, dos seus bairros históricos, de suas casas solarengas seiscentistas, dos conjuntos assobradados de século XVIII e XIX, dos casarões seculares que guardam sua história e seus mistérios e, principalmente, que associam o presente ao passado.

O presente dessa coletividade, utilizando-se naturalmente das formas construtivas remanescentes de um passado que remonta a quase cinco séculos de existência, instiga e impulsiona-nos na tentativa de compreensão desse viver, do ser ao mesmo tempo autor e personagem, observador e observado, estudioso e comprometido com os seus significados, dentre os quais os caracteres luso-arabizados que nos são perceptíveis e instigantes.

O período histórico brasileiro compreendido entre os séculos XVII e XVIII é exemplar para o estabelecimento de múltiplas relações socioculturais ainda não estudadas, como a presença do dado cultural de origem árabe que certamente compõe os processos de implantação, transformação e persistência de traçados tradicionais em nossas cidades.

A nossa intenção de estudar a cidade de Salvador, com sua arquitetura decorrente do período colonial a partir de dados da cultura árabe, decorre do fato de que vimos trabalhando já há algum tempo com o estudo da arquitetura tradicional brasileira, inicialmente para atender a demanda de nossas atividades profissionais no campo da preservação do patrimônio ambiental urbano, e, posteriormente, por trabalharmos esta temática ministrando aulas na universidade. Sendo assim, convivemos no nosso cotidiano com a existência de um número reduzido de trabalhos acadêmicos dedicados ao estudo da arquitetura e do urbanismo do Brasil colonial. São dignos de nota os ensaios publicados pela *Revista do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional* (Iphan), ou editados por técnicos vinculados àquele instituto; os clássicos trabalhos sobre a arquitetura e a urbanização das cidades brasileiras produzidos por Carlos Alberto C. Lemos, Murilo Marx, Nestor Goulart dos Reis Filho e Paulo Ferreira Santos. Tomamos conhecimento, junto a universidades, que atualmente novos pesquisadores demonstram interesse na produção científica de pesquisas e estudos sobre essa matéria.

Entendemos que a historiografia acerca da arquitetura produzida no Brasil sobre os três primeiros séculos de colonização portuguesa carece de estudos e pesquisas que auxiliem no entendimento da problemática urbana, compreendida como parte de um movimento histórico de permanente transformação. Conjuntos urbanos antigos no Brasil envolvem numerosos e significativos valores culturais que são tratados com marginalização e descaso, fruto de uma percepção restritiva elitista e equivocada de patrimônio

cultural. Reduzem-se a signos indiretos e negativos ou a meros registros folclóricos as referências comuns à memória do cotidiano das sociedades urbanas. Esse é o caso de permanências arquitetônicas vernaculares, como o uso da habitação com planta definida por *meia morada* e de azulejos para proteção de fachadas, ambos decorrentes do tom cultural mourisco aqui introduzido pelos colonizadores lusitanos.

Os conjuntos remanescentes das cidades coloniais são documentos de memória da animação, centro de produção, circulação e consumo de bens culturais diversos, que influenciam diretamente a implantação física, composição sociocultural, processos de transformação e, conseqüentemente, a configuração urbana como um todo.

No Brasil, a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937, os remanescentes coloniais de caráter monumental são preservados como vestígios de um passado construído para ser cultuado e para reforçar uma concepção de patrimônio histórico que reitera e sacraliza a história do Estado como se fosse a história de todos os homens. Em Salvador, porém, além dos monumentos tradicionalmente reconhecidos como de excepcional valor arquitetônico, os antigos bairros setecentistas, e principalmente os decorrentes do crescimento da cidade no século XIX, são preservados não em função do reconhecimento técnico especializado, mas principalmente pela persistente utilização e integração de demandas sociais na forma do uso dos imóveis, em cujos espaços generosos do ponto de vista cultural e do conforto ambiental se encaixam perfeitamente.

A presença de sinais da cultura árabe ao longo do período por nós estudado constitui, sem sombra de dúvida, elemento que desempenha função peculiar no contexto urbanístico-arquitetônico, não só de Salvador como também das antigas cidades brasileiras, refletido em suas construções e na utilização dos espaços públicos e privados. Vale lembrar que os árabes foram os senhores da Península Ibérica desde o século VIII, governaram Portugal até o século XII e parte da Espanha até o século XV. Nesta perspectiva, a compreensão dos significados da presença árabe entre nós contribuiria para nortear novos horizontes de pesquisa, já que, na historiografia da arquitetura brasileira, a existência de elementos árabes é tratada de forma superficial, com conotação exótica ou concebida como mero elemento decorativo.

Encontramos alguns textos de autores brasileiros que fazem algumas referências a componentes de arte e arquitetura de origem árabe, às vezes denominadas de moura ou mourisca. Porém, a avaliação deste componente do caráter ibérico sempre está cercada por uma espécie de resistência, como a de defender a ocidentalidade da cultura portuguesa e, por extensão, da brasileira.

A minimização do componente oriental da cultura portuguesa, decorrente dos cinco séculos de convivência moura no território lusitano, justificar-se-ia naturalmente

a partir da reconquista cristã dos territórios ibéricos, no final do século XV, o que vem alimentar um sentimento de superioridade do ibérico-cristão sobre os povos dominados.

No entanto, é a partir da dominação colonial imposta ao Oriente nos fins do século XVIII pelos países europeus, desde o Egito até a Índia, que o Ocidente vem investindo em formas de conhecimento e divulgação de uma cultura oriental, filtrada e domesticada para o uso ocidental.

A respeito da importância do componente oriental sobre a cultura do Ocidente europeu, encontramos em diversos autores a perspectiva da compreensão de que o fator cultural e a produção científica do árabe medieval foram determinantes para o crescimento da cultura ocidental europeizada. Reconhecem que as conquistas científicas e intelectuais dos árabes daquela época superaram todas que a Europa cristã pôde alcançar antes do século XII.

Com relação à minimização desse componente cultural entre nós, utilizamo-nos de trabalho de Edward Said, que discorre com muita seriedade sobre como foram estruturadas e construídas para o Ocidente formas de representação dos povos e da cultura orientais. Em minucioso trabalho, esse autor desvenda o projeto de dominação cultural pelo qual França e Inglaterra, desde a segunda metade do século XVIII até o início do XX, e a partir daí os Estados Unidos, trabalham e investem na produção de idéias de hegemonia e na imagem da superioridade do Ocidente sobre o Oriente dominado. Chega assim até nós uma imagem de Oriente misterioso, sensual e perigoso. O Ocidente hegemônico e imperialista constrói uma feição oriental complexa e adequada a exposições museológicas e ao estudo acadêmico, insistentes em acentuar as suas diferenças. Essa forma de pensar o Oriente é praticada pelos países periféricos ocidentalizados, entre os quais se inclui o Brasil. Nesse contexto, percebemos que o decantado conceito de *desleixo* ou *feição orgânica* da maneira portuguesa de urbanizar decorre da necessidade de minimizar a presença cultural de fundo orientalizado, depreciativa nos países periféricos e seguidores do eurocentrismo determinado por França e Inglaterra a partir de fins de século XVIII.

A presença de componentes da cultura árabe na arte e na arquitetura coloniais brasileiras é um fato incontestado quando avaliado pelo viés da formação cultural e étnica dos nossos colonizadores. Os oito séculos de dominação árabe na Península Ibérica não poderiam passar sem que as culturas dominante e dominada se mesclassem, considerando que a longa permanência incorpora forçosamente valores culturais que sobrevivem por sua própria natureza.

É certo que o dado de caráter oriental decorrente da arquitetura colonial está presente e incorporado cotidianamente ao repertório profissional dos arquitetos brasileiros. Esse é o caso de elementos arquitetônicos como treliças, balcões e beirais de

madeira entalhada, dos pátios internos de iluminação e ventilação naturais e dos alpendres. A insistente presença e sobrevivência desses elementos até os nossos dias carece de aprofundamento teórico e nos possibilita novas estratégias de abordagem para a compreensão dos modos de vida da sociedade brasileira nos séculos XVII e XVIII, a partir da análise dos espaços arquitetônicos dos conjuntos urbanos.

Um fato incontestável e de grande relevância para a compreensão da complexidade social baiana é a presença maciça e forte do aporte cultural negro importado das terras africanas desde o início da colonização. Com respeito à inserção do escravo negro na produção da arquitetura baiana, conhecemos estudos que demonstram a importância determinante dessa mão-de-obra, que detinha no início do século XIX o saber fazer de vários ofícios, notadamente no que se refere ao uso do ferro, e que em pequena porcentagem adotava como religião as regras contidas no Corão. Conforme os estudiosos, porém, os primeiros africanos islamizados teriam chegado à Bahia somente no final do século XVIII, sendo praticamente dizimados em 1835. Desta maneira, o aporte islâmico de origem africana coloca-se como um viés a ser compreendido, extrapolando, porém, neste momento, os limites temporais adotados nesta pesquisa.

No desenvolver deste trabalho, encontramos muitas dificuldades para encontrar informações sistematizadas que nos dessem pistas mais precisas sobre o que procurávamos. A escassez de estudos na área, se, por um lado, dificultou a elaboração deste trabalho, por outro, estimulou-nos ao aprofundamento da análise na tentativa de contribuir para o estudo da cidade brasileira a partir do valor analógico da arquitetura e do urbanismo tradicionais.

O universo geográfico deste trabalho se refere à cidade de Salvador, na Bahia, pois, na ocasião de nossa participação nas obras de restauração de seu centro histórico, tivemos a oportunidade de chefiar os levantamentos de campo, o que nos fez percorrer e cadastrar suas ruas antigas e, principalmente, todos os imóveis que compõem o conjunto do Pelourinho.

Com relação à coleta de dados, recorreremos a fontes primárias manuscritas, bibliográficas e iconográficas. Buscamos nos arquivos disponíveis, na cidade de Salvador e em São Paulo, documentos manuscritos como Cartas Régias, Atas de Câmara e Posturas municipais. Essa parte da pesquisa ficou um pouco prejudicada pela dificuldade de encontrar dados precisos sobre o nosso objeto de trabalho. Tivemos a oportunidade de trabalhar com a documentação manuscrita existente no Arquivo do Estado da Bahia e no Arquivo Municipal de Salvador. Com relação à bibliografia impressa, consultamos as obras disponíveis mais importantes escritas no Brasil sobre a arquitetura e o urbanismo coloniais. Utilizamos-nos de obras que especificamente se referem a componentes culturais árabes na nossa arquitetura, bem como algumas obras que, mesmo não espe-

cificamente voltadas para o problema, a ele se refiram; incluem-se aí algumas obras estrangeiras. Além disso, utilizamo-nos de Anais de bibliotecas, Anais de congressos e de Arquivos, bem como teses e dissertações universitárias.

Grande parte deste trabalho se apóia em pesquisas diretas feitas através de visitas, vistorias e levantamentos de vários imóveis componentes do centro histórico de Salvador e de cidades portuguesas e espanholas.

Tivemos a oportunidade de visitar várias regiões da Península Ibérica. Na Espanha, a Andaluzia, Estremadura, Castela Nova e Velha, Viscaya, Astúrias, Galícia, Catalunha e o Levante. Em Portugal, visitamos as regiões de Estremadura, Beiras, Alentejo, Ribatejo, Minho, Trás-os-Montes e parte do Algarve.

Especificamente na cidade de Salvador, em conjunto com a equipe técnica do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, elaboramos levantamentos métricos internos e das fachadas remanescentes do século XVIII, que resultaram em plantas e alçados preciosos a nossa análise. Fez parte deste trabalho o estudo de tipologias e técnicas construtivas tradicionais encontradas no centro histórico de Salvador.

Destas pesquisas resultou a documentação gráfica e fotográfica que ilustra e possibilita a identificação de perspectivas visuais, traçados, elementos construtivos de origem cultural árabe, nosso objeto de trabalho. Incluímos, a título de ilustração, alguns desenhos e gravuras conhecidos e básicos para a compreensão do traçado urbano, dos costumes e dos modelos sociais da época.

Os resultados obtidos nesta dissertação são conseqüências de buscas e opções determinadas na maioria das vezes pelas limitações naturais com as quais nos deparamos no decorrer de nossa pesquisa. É interessante para nós, porém, repensá-la do ponto de vista da utilização prática no sentido da compreensão do processo e da concepção da arquitetura brasileira.

Observamos que o fazer urbano e a concepção dos fatos arquitetônicos coloniais da cidade de Salvador são produtos culturais que documentam com determinada precisão o saber viver daquela época, isto é, foram determinados pelas condições históricas precedentes e pela atuação dos agentes do processo de colonização e urbanização. Assim, ao pensar a cidade de Salvador como expressão de formas históricas de apropriação do seu espaço, partindo de análises urbanística e arquitetônica, encontramos evidências insofismáveis da presença de caracteres culturais de origem mourisca introduzidos pelos colonizadores lusos, decorrentes, por nossa hipótese, dos oito séculos de ocupação árabe na Península Ibérica.

O espírito da cidade, o burburinho das tantas atividades que determinam o fazer urbano a partir da perspectiva comercial, é bastante semelhante ao que origina a urbanização dos povos árabes. Salvador representava, desde o século XVI até o século

XVIII, o porto, o comércio das trocas, a importação e exportação de diversificados produtos, o centro administrativo e de entreposto comercial, posto avançado do comércio português no Novo Mundo.

Trabalhando com nossas fontes documentais, buscamos rastrear o sentido da urbanização colonizadora e da rede urbana fisicamente instalada no Brasil, no que diz respeito à marca portuguesa, ou seja, ao desenho da cidade perceptível como o mais forte instrumento de dominação portuguesa.

Observamos que nos primeiros séculos de colonização lusitana entre nós, a presença portuguesa arabizada, no sentido da construção das cidades, é incontestável.

Constatamos que nem mesmo a tentativa agressiva com a qual a Corte portuguesa investiu contra os elementos arabizados correntes e usuais das fachadas nos imóveis das cidades brasileiras, ou a determinada ação legisladora divulgada por meio de decretos e posturas, dentre outros fatos jurídicos, consegue, no geral, modificar a feição da cidade de Salvador, que conserva até os nossos dias o traçado original e característico que determina o seu ser, no sentido da compreensão do espírito da cidade. Esta constatação para nós é muito importante, porque é algo mesmo de persistência do modo de fazer urbano lusitano e arabizado. Tudo isso decorre principalmente dos hábitos, dos costumes, da maneira de construir a cidade.

Observamos por meio de nossa busca que todo um contexto para a regulamentação jurídica da cidade brasileira do século XVIII se fez pela legalização sobre o hábito, ou seja, o consuetudinário português foi determinante na feitura das leis.

Ao registrar neste trabalho a possibilidade da persistência do caráter cultural de origem árabe-ibérica, constatamos que as relações culturais entre autóctones, negros importados da África e portugueses colonizadores foram geridas em conflitos determinados por exclusões, preconceitos e de comprovada mescla. Chamou-nos a atenção, porém, a forma de apropriação dos espaços urbanos, a maneira de trabalho com a construção e com o saber fazer da cidade, que nos parece decorrer também dessas relações. É aí que a tradição construtiva do medievo português se faz preponderante. Nessa perspectiva conseguimos compreender, a partir da insistente inserção do caráter construtivo arabizado na cidade de Salvador, que, na mistura de muros, de cores e de ritmos, o possível elemento catalisador e determinante da feição soteropolitana é o dado cultural árabe.